

CULTURA E DIVERSIDADE NO BRASIL: PARA ALÉM DA HISTÓRIA DA IDENTIDADE NACIONAL (SÉCULOS XIX E XX)

1. ESTADO DA ARTE E OBJETIVOS

"O Brasil é um país sem povo". A famosa afirmação de Louis Couty (*A escravidão no Brasil* - RJ, Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1988) já foi lida por muitos estudiosos como constatação de um fato ou mesmo tomada como ponto de partida para a elaboração de um paradigma interpretativo da história do Brasil. Independentemente das intenções do autor, logo ligou-se à visão do escravo como um ser coisificado, incapaz de pensamentos e ações próprios: a escravidão teria aniquilado o homem e sua cultura, restando apenas o vazio produzido por uma dominação inexorável. Como desdobramento historiográfico, tal paradigma teve suas conseqüências: a ausência de classes definidas, no caso brasileiro, teria produzido apenas um vazio a ser preenchido pela ação demiúrgica do Estado, que surgiu como o principal sujeito na história do país. A história torna-se aí um exercício fortemente teleológico de explicação de uma Nação que substitui os sujeitos e oculta seus conflitos e diferenças.

Mais que um simples paradigma teórico, no entanto, esta visão decorre em grande parte da própria história brasileira: constitui hoje um consenso a idéia de que as noções e práticas de cidadania implantadas no país estão assentadas em uma lógica perversa de exclusão e controle social. Se, historicamente, no processo que levou à abolição e a república, várias noções de liberdade e de direitos foram descartados, ainda hoje a questão da cidadania permanece como uma preocupação central para os estudiosos da sociedade brasileira. Podemos encontrar as raízes da questão nos mecanismos que garantiam a dominação senhorial e naqueles implementados para impor uma prática controlada e limitada aos cidadãos de uma república centrada na exclusão das classes populares. Estas últimas, excluídas da política pelo medo das elites, desapareceram também da historiografia mais tradicional sobre o final do século XIX brasileiro.

Por vezes, o "povo" parece emergir e tornar-se visível em episódios isolados aparentemente destituídos de significado social ou político mais amplo: ele aparece bestializado diante da República, impotente diante da exclusão política, irracional e violento diante de iniciativas disciplinadoras ou civilizatórias. Neste contexto é compreensível que a chamada cultura popular tenha sido um tema ausente da historiografia tradicional sobre o século XIX brasileiro, relegado em geral à obscura produção de (cada vez mais raros) folcloristas. Isso é provavelmente sintoma de que a operação empreendida pelas elites, ao final do século XIX, foi coroada de êxito. Em outras palavras, cabe lembrar que o investimento simbólico centrado diretamente na questão nacional foi bastante intenso no período em que parcelas significativas da intelectualidade empenhavam-se na abolição da escravatura, na implantação e posterior consolidação da República. A mesma questão era enfrentada no plano da política e no da cultura: como transformar a massa perigosa e indisciplinada de ex-escravos, de pobres, de imigrantes em um conjunto harmônico de cidadãos da República? No fundo, os republicanos, abolicionistas e intelectuais julgavam estar re-fundando a nação, constituindo-a em termos de um povo orgânico, antes de dotá-lo de isonomia política.

Era preciso não apenas mudar o regime, mas instituir a nação e constituir o seu "povo". Mais que isso, era preciso mantê-lo sob controle, submetido a uma intensa ação pedagógica e vigilante, estudá-lo e imprimir a ele uma nova feição. Assim, todo o esforço intelectual e político dirigido ao tema da "cultura popular" manteve este significado básico. O sucesso desta operação é certamente discutível. De qualquer forma, se não conseguiu criar o país ou o povo de seus sonhos, certamente foi eficiente em relegar ao silêncio os significados e diversidades inerentes a este universo cultural. Desde então, tudo o que se produziu nesta área tinha como objetivo, grosso modo, definir a legitimidade ou ilegitimidade da "cultura popular", recortar entre suas manifestações quais mereciam o título de autenticidade atribuído pela "ciência" do folclore - ou atribuir a este conjunto de práticas (danças, formas musicais, festas, poesia de cordel, etc.) o poder de expressar a essência da Nação, ou a capacidade de "resistência" das classes populares às tentativas de domesticação e controle.

Esforço recente da historiografia brasileira tem tentado modificar este antigo viés de interpretação. José Murilo de Carvalho, por exemplo, reinterpretou a "passividade" popular diante da problemática da cidadania que tornava-se central no período da abolição e dos primórdios da república (*Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. S. Paulo, Cia. das Letras, 1987). Como ele, vários historiadores - entre os quais aqueles que fazem parte deste grupo de pesquisadores - têm se voltado para a tentativa sistemática, embora nem sempre unívoca em seus pontos de vista, de desvendar os mecanismos e processos através dos quais este aspecto crucial das relações sociais no Brasil pode ser consolidado. Nesta revisão, tal fenômeno foi evidentemente analisado sob vários ângulos. Julgamos, no entanto, que no campo ainda pouco explorado entre nós de uma história cultural - ou, mais precisamente, de uma história social da cultura - ele pode aparecer em toda a sua riqueza. A exclusão não se dá apenas na política, nos espaços institucionais de organização e reivindicação: ela ocorre na forma de encarar, reagir e avaliar práticas cotidianas, formas de lazer, modos de vida, símbolos, valores e crenças.

O primeiro projeto coletivo desenvolvido por este grupo de pesquisadores, com apoio do CNPq, propôs uma problematização do conceito de cultura popular em termos bastante amplos, situando problemas políticos, historiográficos e metodológicos que deviam ser enfrentados nas diversas pesquisas. Os três eixos que organizavam o conjunto de trabalhos em andamento estruturavam-se a partir de alguns temas clássicos do período final do século XIX e início do XX: os desdobramentos culturais do final da escravidão, as novas dimensões e significados do espaço urbano e o processo de massificação da cultura. Assim, tais eixos de pesquisa privilegiavam uma perspectiva de análise que incidia sobre práticas coletivas como, por exemplo, a capoeira ou o carnaval, além da relação entre saberes institucionais e populares ou sobre produtos culturais específicos - o teatro de revista, as crônicas de um certo autor etc. Objetivava-se aí sobretudo a desmontagem da própria noção de cultura popular e da maneira pela qual ela havia sido incorporada ao debate intelectual no Brasil, através da busca de novos significados presentes no interior deste campo.

O desenvolvimento do projeto e as discussões realizadas durante os seminários da linha de pesquisa em História Social da Cultura, no entanto, começaram a indicar um problema quanto aos recortes adotados. De um lado, as pesquisas revelaram, com força cada vez maior, a necessidade de identificação dos diversos sujeitos históricos que empreendiam estas ou aquelas práticas. Se inicialmente a capoeira, por exemplo, aparecia como um tema interessante para discutir as relações entre "cultura africana, cultura negra e

cultura popular", as pesquisas foram revelando que não havia apenas negros entre os praticantes da capoeira, que a "africanidade" desta prática podia ser questionada e que as "origens" e "tradições" da capoeira podiam ser "inventadas" (ver, por exemplo, os trabalhos de mestrado e doutorado de Carlos Eugênio L. Soares e Antônio Liberac Pires que constam da lista de estudantes no curriculum vitae de Sidney Chalhoub). Por outro lado, havia uma interpretação clássica que opunha um carnaval popular, realizado desordenadamente pela cidade, e outro de elite, que ocupava os locais mais nobres ou centrais, por onde corriam os grandes préstimos carnavalescos. A pesquisa, porém, foi revelando a convivência de múltiplas formas de brincar, com processos de apropriação e deslocamentos de sentido ou re-significações (ver, por exemplo, os trabalhos de monografia de graduação e mestrado de, respectivamente, Cristiana Schettini Pereira e Leonardo A. M. Pereira no curriculum vitae de Maria Clementina Cunha).

A produção folclorista, utilizada como fonte em grande parte dos estudos vinculados ao projeto, precisava ser melhor investigada. Originado de uma perspectiva intelectual que privilegiava a nação, concebendo sempre "o povo" como "o outro" que precisava ser disciplinado e domado, este olhar tendia sempre a apagar todas as diferenças na singularidade do "popular" (ver, por exemplo, a dissertação de mestrado de Aldrin Figueiredo no curriculum de Sidney Chalhoub). A literatura folclorista sobre a capoeira, por exemplo, escondia a diversidade resgatada pelas pesquisas; o mesmo acontecia com os trabalhos sobre o carnaval. Assim, cada vez mais, foi surgindo a necessidade de uma redefinição dos eixos de trabalho: tratava-se de recortar os problemas não mais pelos temas clássicos da historiografia sobre o período, não mais investigar práticas ou objetos específicos, mas sim procurar a diversidade de sujeitos históricos e os embates culturais presentes nos diferentes espaços e práticas sociais. Isto era o que estava aparecendo nas pesquisas e deveria reorientar a atividade coletiva e as discussões dos pesquisadores vinculados ao projeto.

O falecimento de nosso colega Alcir Lenharo, que dirigia (e orientava) os trabalhos referentes à massificação, este conjunto de pesquisas ficou bastante prejudicado, pois não contamos com nenhum pesquisador especializado na área para substituí-lo. Além disso, durante alguns seminários já nos havíamos aproximado de alunos e professores da UNICAMP ligados à história do trabalho, interessados nos elos entre as práticas culturais das classes populares e uma definição em torno de conceitos como culturas de classe ou de profissão - como no caso do Prof. Cláudio Henrique de Moraes Batalha que veio a integrar com regularidade as discussões empreendidas pelo grupo do CECULT. O contato profissional sistemático com colegas da UFBA, UFF e USP também estreitou-se, através da realização de seminários conjuntos, da troca de textos e de um debate que avolumou-se e adensou-se muito no último ano, levando à incorporação de João Reis, Martha Abreu e Maria Helena Machado ao grupo inicial de pesquisadores da Unicamp.

Estas circunstâncias levaram à redefinição da equipe de trabalho e, a partir dela, pudemos empreender uma reformulação dos eixos de pesquisa. A partir do início de 1997 as pesquisas estruturaram-se, portanto, em torno de quatro grandes eixos: dois privilegiam diretamente alguns sujeitos históricos antes desaparecidos no interior da noção de "classes populares", definidos a partir de critérios classistas (os trabalhadores urbanos) ou raciais e étnicos (negros, africanos ou seus descendentes no Brasil); outro dedica-se especificamente aos intelectuais, em especial aos literatos e folcloristas, que pensaram, tematizaram e investigaram aquilo que definiam como "o povo"; o último toma como objeto justamente o sujeito abstrato que foi colocado no lugar destes diversos sujeitos de carne e osso, ou seja

"a Nação" expressa em suas tradições festivas e coletivas das ruas, procurando múltiplos significados em situações que a bibliografia elegeu como expressões da identidade brasileira.

Apresentamos a seguir uma breve definição dos quatro eixos temáticos do projeto:

a. Culturas e identidades entre africanos e seus descendentes

Na bibliografia internacional sobre culturas e identidades “afro-americanas”, aparecem com frequência dois argumentos contrastantes. De um lado, há estudos que enfatizam a convivência cotidiana entre os grupos dominante e dominado como base para a criação de uma cultura largamente compartilhada por ambos. De outro, há trabalhos que enfatizam a formação de uma cultura subalterna entre escravos e seus descendentes, elaborada conscientemente em oposição à dos senhores de suas vidas, e baseada em preceitos culturais de origem africana, ou em reinterpretações africanas de signos e instituições europeus. Emblemático deste confronto é o debate entre dois historiadores a respeito de uma colcha de retalhos feita por uma senhora negra no sul dos EUA no final do século XIX. Para um dos autores, a colcha representa signos culturais amplamente difundidos na época entre brancos e negros; para o outro, ela expressa uma visão de mundo basicamente centro-africana (ver Sobel, Mechel, *The world they made together: black and white values in Eighteenth Century Virginia* - Princeton, Princeton Univ. Press, 1987 e Stuckey, Stirling, *Slave culture: nationalist theory and the foundations of black America* - New York, Oxford Univ Press, 1987).

Ambas as interpretações têm suas virtudes. A primeira nos lembra a capacidade humana de comunicar-se com o “outro”, inclusive de trocar signos com ele. A segunda nos lembra que a “herança cultural” originária de um grupo migrante pode deixar rastros profundos na história de seus descendentes. Ambas, no entanto, são falhas, porque não procuram entender os processos de resignificação cultural e de demarcação das fronteiras simbólicas entre grupos, específicos a cada história de contato humano.

Neste eixo de pesquisa visamos justamente recuperar esses processos, no que diz respeito à história da população brasileira de origem ou descendência africana, no século XIX e nas primeiras décadas do XX. Partimos de dois pressupostos. Primeiro, rejeitamos o conceito essencialista de cultura, subjacente à noção de que possa existir na América “sobrevivências culturais” africanas (ou de outras origens). Mesmo em se tratando de ritos religiosos que tenham comprovadamente uma origem africana, sua presença subsequente na América geralmente não é o resultado de uma evolução linear, traçada entre grupos ancestrais e seus descendentes; e, em todo caso, seus significados sociais, refletindo outro contexto de convívio e conflito, não podem ser mais os mesmos. R. F. Thompson (*Flash of the spirit: Kongo art in two worlds* - Washington, 1981) demonstra a impressionante semelhança entre os motivos decorativos de certos túmulos de negros norte-americanos hoje e aqueles típicos, historicamente, dos jazigos dos bakongo, na África Central, inferindo daí uma relação genealógica direta. Sobel, entretanto, encontra os mesmos motivos -- para ela, também, de origem africana -- em meados do século XX, no túmulo de uma pessoa branca. De repente, a história do caminho tomado por esta prática cultural e dos significados que lhe foram atribuídos é muito mais complexa do que parecia à primeira vista.

Segundo, partimos do pressuposto de que a re-significação da cultura, como também a demarcação de “sinais diacríticos” culturais entre grupos, visando definir identidades sociais (de classe, de etnia, de gênero, etc.), são processos que nascem da

“experiência” (material, cognitiva, simbólica) de indivíduos e grupos. São, portanto, processos que acontecem em contextos relacionais, entre agentes sociais que convivem harmoniosamente, se atiram, ou se confrontam. Torna-se axiomático, portanto, que a formação de culturas e identidades só pode ser entendida levando-se em conta o quadro histórico das alianças e conflitos sociais (incluindo seus desdobramentos institucionais, por exemplo na lei) e as percepções das pessoas e dos grupos, no que diz respeito às estratégias possíveis e desejáveis frente a esse quadro.

Dessa forma, a cultura e a identidade escrava não podem ser estudadas apenas a partir do relacionamento entre escravo e senhor, e entre suas respectivas culturas de origem. Como argumenta Hebe de Castro (*As cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX* . RJ, Arquivo Nacional, 1995), os significados conferidos ao cativo pelos escravos dependem de sua percepção dos significados da liberdade, e de sua avaliação das possibilidades de aproximar-se à vida “livre” ainda no cativo, de alforriar-se, e de gozar plenamente da liberdade uma vez manumitido. É a partir destas ponderações sobre um quadro social muito mais amplo -- ponderações que podem ter resultados diferentes, de acordo com a origem, cor, sexo, etc., da pessoa -- que os escravos vão elaborar seus projetos de vida, inclusive suas estratégias culturais e identitárias. Da mesma maneira, a análise da cultura e da identidade de negros e mulatos livres na época escravista, ou depois da abolição, só é possível a partir da reconstrução de sua “experiência” na sociedade, e de sua avaliação de perspectivas de vida e de estratégias alternativas. Até que ponto essas experiências e avaliações convergem, ou não, em determinados momentos -- produzindo o sentimento nas pessoas de que existe *uma* cultura e identidade ou, ao contrário, várias -- é uma questão empírica, a ser determinada pela pesquisa.

b. Culturas de classe: trabalhadores urbanos

Lidar com certos termos incorporados ao nosso vocabulário de historiadores sociais, como é o caso do termo “cultura operária”, tem um lado cômodo que é o de dispensar classificações e uma maior precisão conceitual. Traz, no entanto, o inconveniente o de tornar difícil para os outros, e às vezes até para nós mesmos, saber do que afinal estamos falando. Certamente poderíamos chegar a um acordo em torno de uma definição mínima e, ao mesmo tempo, suficientemente aberta, como: por cultura operária entendemos o conjunto de tradições, práticas, instituições, ritos e símbolos inventados ou incorporados pelos trabalhadores manuais urbanos. Tal definição subentende a ausência de homogeneidade e a pluralidade de manifestações de caráter e origem diversas. Desse modo há espaço para a inclusão e a coexistência de noções como cultura militante, de ofício, étnica, etc.

Como falar então de uma cultura de classe, se estamos lidando com uma pluralidade de tradições e experiências, que em muitos casos não são exclusivas de trabalhadores manuais urbanos? Podemos citar o caso daquilo que chamamos de “culturas étnicas” (termo que também parece impróprio e insuficiente, já que serviria tanto para designar recortes nacionais/regionais aplicados a imigrantes recentes, como para as heranças africanas de escravos e ex-escravos). Em ambos os casos, no entanto, talvez fosse importante levar em conta as diferentes possibilidades culturais decorrentes das origens rurais ou urbanas destes grupos. Isso exemplifica as dificuldades de operar com a noção fechada de “cultura de classe”, posta em cheque por uma heterogeneidade que é necessário reconhecer.

Será impossível, então, para o caso brasileiro, falar de cultura operária entendendo por isso uma cultura classista homogênea, que atingiu certo grau de estabilidade e capacidade de auto-reprodução e, sobretudo, que seja muito distinta da cultura de outras classes, como é o caso da cultura operária inglesa entre fins do século XIX e os anos 1950 descrita por Hobsbawm. É lícito, no entanto, no estudo dos processos culturais, operar com a noção de classe e não simplesmente com recortes de ofício ou etnia: estas várias tradições, fora do contexto em que foram produzidas e em contato com outras influências, deixam de ser o que eram para fazer parte de um todo multifacetado e mutante que é o universo dos trabalhadores urbanos pobres no Brasil. Sua identidade não é apenas resultado da experiência de ser negro, italiano ou português, da experiência do trabalho, ou de viver no espaço urbano, mas de todas essas coisas em dosagens diferentes de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo, de momento para momento. Assim, este eixo de investigação destina-se a refletir sobre até que ponto, e de que maneiras, a experiência de classe serviria de elemento articulador das demais experiências.

c. Os literatos e os “outros”: uma história social da literatura.

Refletir sobre literatura na perspectiva da história social significa, já de início, firmar o pressuposto necessariamente materialista da análise. A crença na "transcendência" ou autonomia da literatura, ou da obra de arte em geral --ou seja, a idéia de que para tais obras vale, em última análise, o postulado da inexplicabilidade, pois resultariam da atividade de "criadores singulares"--, é tomada aqui como um problema histórico a ser explorado e analisado. Em outras palavras, a proposta é historicizar qualquer obra literária --seja ela conto, crônica, poesia ou romance--, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social. Em suma, é preciso tomar a literatura sem cerimônia, sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para o historiador social a literatura é, enfim, *testemunho histórico*.

Em época de pós-modernismo, "linguistic turn", intertextualidade, "morte" do autor/sujeito etc., cabe definir de forma sucinta, talvez irreverente, o caráter histórico do testemunho literário. Qualquer obra literária é evidência histórica objetivamente determinada --isto é, situada no processo histórico--, logo apresenta propriedades específicas e precisa ser adequadamente interrogada: "embora qualquer teoria do processo histórico possa ser proposta, são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações da evidência". Mas como pensar a literatura, a ficção, como evidência nesse sentido, se a própria noção de ficção já parece pressupor a negação da idéia de "evidência objetivamente determinada"?

Duas observações parecem pertinentes neste contexto. Primeiro, a questão central não é o caráter declaradamente ficcional ou não de determinado testemunho histórico, mas a necessidade de destrinchar sempre a especificidade de cada testemunho. Assim, por exemplo, ao historiador cabe descobrir e detalhar com o mesmo afincamento tanto as condições de produção de um depoimento num processo criminal, como um determinado conto, crônica ou outra peça literária. Cabe o mesmo interrogatório sobre as intenções do sujeito, como este representa para si mesmo a relação entre aquilo que diz e o real, cabe interrogar aquilo que o sujeito testemunha sem ter a intenção de fazê-lo, investigar as interpretações ou leituras suscitadas pela intervenção (i.e. obra) do autor; enfim, é preciso buscar *a lógica social do texto*. O beabá

do ofício de historiador social é o mesmo, na análise da fonte literária, jornalística, jurídica, iconográfica, médica, ou seja lá o que mais.

Segundo, e firmado esse princípio geral (colocado rudemente: a interrogação da fonte literária não é, por natureza, mais ou menos complexa do que a interrogação de qualquer testemunho histórico; novamente, a literatura não "transcende"), resta ponderar as características específicas da fonte literária. E aqui as primeiras perguntas do historiador social são: "De que literatura se está falando? Quais as suas características? Como determinado autor --ou 'escola'-- concebe a sua arte?" Esse parece ser um ponto de partida obrigatório para esclarecer o estatuto de determinada obra como testemunho histórico; uma "determinação objetiva" de tal tipo de evidência. Ao invés de refletir, de forma essencialista ou idealista, sobre as relações entre "literatura e história", o que nos interessa é inserir autores e obras literárias específicas em processos históricos determinados.

d. Culturas do povo, “cultura nacional”: tradições e festas

Este constitui, desde longo tempo, um tema estratégico da história cultural. Em torno de ocasiões como carnavais, grandes datas festivas do calendário religioso ou momentos de comemoração popular tem-se criado na bibliografia especializada alguns paradigmas dotados de grande longevidade e sedução explicativa. De um lado, enxerga-se aí ocasiões nas quais os elementos fundantes de uma cultura nacional podem emergir em sua expressão mais pura e autêntica; de outro, procurou-se afirmar a existência desta cultura nacional a partir da idéia de um conjunto de tradições cujos significados seriam capazes de atravessar o tempo e consolidar aproximações e oposições. Seja através de processos designados como “sincretismo”, seja por mecanismos mais recentemente nomeados como “circularidade” ou pela ação de mediadores culturais, criou-se na literatura especializada quase um consenso: a idéia de um repertório cultural comum e compartilhado entre diferentes e desiguais, capaz de desenhar a nação enquanto produtora de uma identidade que se sobrepõe às demais e configurar o “povo” como um possível sujeito da história.

Invertendo tais perspectivas, trata-se de dedicar uma atenção especial a práticas coletivas desta natureza em um duplo registro de análise e discussão. Em primeiro lugar, percebê-las como ocasiões privilegiadas de expressão de conflitos e de significados culturais específicos, pertinentes ao contexto histórico que as produz. Em segundo lugar, interrogar tais ocasiões em seu movimento no tempo, colocando em questão o significado histórico daquilo que é comumente designado como o campo das tradições. Não se trata, no entanto, de operar com a oposição clássica entre tradição e mudança: ao contrário, procuramos investigar justamente o movimento pelo qual determinados repertórios culturais são perpetuados, reelaborados, re-significados ou transformados (por vezes, definitivamente abandonados) no interior destas práticas festivas coletivas e ricas de dimensões simbólicas e sentidos históricos.

Sem dúvida, no entanto - e da mesma forma que as demais áreas de pesquisa esboçadas aqui - este tema mantém claras interfaces com outros focos de interesse definidos neste projeto. Frequentemente será difícil (e mesmo indesejável) estabelecer fronteiras com pesquisas pertinentes ao tema da cultura e identidade afro-brasileiras - como aquelas sobre a festa dos Congos ou sobre os batuques, por exemplo - e também de certos elementos relativos àquilo que se poderia designar como uma “cultura operária” com seus espaços coletivos de recreação e sociabilidade intensamente festivos - como os salões de baile, clubes carnavalescos e outros lugares frequentados basicamente por trabalhadores urbanos em suas horas de folga. Por outro lado, certamente ocasiões como estas - em que,

além do mais, diferentes sujeitos sociais se cruzavam nas ruas sob a forma de multidões indiferenciadas e ameaçadoras - ocuparam boa parte das preocupações e da produção de jornalistas, folcloristas e literatos empenhados em interpretar o país e seu “povo”, constituindo por isso uma das pautas relevantes para uma história social da literatura e da produção intelectual no Brasil.

No entanto, justamente por terem sido pensadas como momentos de expansão e expressão coletivas diante dos quais, na visão de muitos intérpretes desde o século XIX, as diferenças desaparecem, as festas populares e seu universo de tradições constituem objeto de investigação dotado de especificidade, em torno do qual há um acúmulo de pesquisa e reflexão que justifica a ênfase que lhe atribuímos neste projeto enquanto área privilegiada de investigação e debate historiográfico.

Estes quatro eixos de investigação articulam as pesquisas individuais empreendidas pelos professores/pesquisadores que integram a equipe principal e seus alunos de pós-graduação envolvidos com o projeto. Há, no entanto, um aspecto que não pode ser desconsiderado. Ainda que os trabalhos de pesquisa tenham características individuais, é importante que seus autores estejam também envolvidos em atividades de caráter coletivo, que possibilitem ultrapassar o âmbito diretamente acadêmico. Trata-se, em primeiro lugar, de divulgar os resultados das pesquisas individuais e estimular o debate no interior deste campo temático. Além da via natural da publicação de livros e coletâneas, pensamos também em duas outras formas de difusão e socialização dos resultados de nossas reflexões. A aproximação do ano 2000, com os vários organismos nacionais e internacionais envolvidos nas “comemorações do V centenário”, constituirá certamente uma ocasião propícia para a revitalização dos debates a respeito da temática do projeto. Um acompanhamento ainda que precário das atividades programadas para estas “comemorações” indica que certos paradigmas bastante tradicionais na interpretação da história do Brasil estarão sendo reiterados, entre eles aquele que articula a existência da Nação ao desaparecimento dos sujeitos históricos. Neste contexto, realizar um colóquio internacional para discutir tais pressupostos analíticos será não somente um canal para a divulgação dos trabalhos em andamento no Núcleo, mas também para o debate entre especialistas do Brasil e do exterior. Por outro lado, não se trata de empreender um debate apenas no interior da comunidade acadêmica. A efeméride é uma boa ocasião para que este debate atinja um público mais amplo, levando-se em conta o interesse que a própria mídia criará em torno destes eventos.

Em segundo lugar, pretendemos enfrentar o desafio de realizar um trabalho junto aos professores da rede de ensino público. No caso da temática do projeto, a cristalização de noções e interpretações sobre “o Brasil” é realizada fundamentalmente no ensino primário e secundário, apesar de algumas tentativas em sentido contrário. Como trabalhar com noções como a diversidade cultural, a historicidade do próprio conceito de nação, como fazer emergir sujeitos históricos que não aparecem nos manuais mais utilizados na escola secundária? É justamente para lidar com tais dificuldades e criar um espaço de diálogo entre universidade e ensino secundário que programamos a elaboração de materiais paradidáticos e de cursos de extensão dirigidos aos professores da rede pública de ensino.

O objetivo é selecionar documentos, textos ou imagens que possam ser oferecidos em vários suportes (impressos, audiovisuais, etc.) e usados em múltiplos sentidos, conforme o interesse de professores e alunos. Se as pesquisas individuais poderão oferecer

um amplo repertório de fontes e textos, os pesquisadores têm, na maior parte dos casos, grande distância da dinâmica efetiva das salas de aula no secundário. Além disso, normalmente as relações da comunidade acadêmica com o ensino de primeiro e segundo graus são pensadas de uma maneira unilateral, cabendo exclusivamente à universidade definir os conteúdos, parâmetros e diretrizes.

Pretendemos caminhar de modo inverso e avançar por caminhos pouco trilhados pelos pesquisadores universitários, fazendo com que as reflexões desenvolvidas por especialistas altamente qualificados possam dialogar diretamente com a experiência de professores que atuam no ensino público. O instrumento, neste caso, será um curso de extensão que discutirá as formas tradicionais de abordar a história brasileira no ensino secundário e alternativas para renovar tais práticas. Espera-se que este diálogo seja capaz de produzir materiais que possam ser utilizados em sala de aula, criando condições efetivas para um redimensionamento do tratamento do tema, alargando o conceito de cidadania e o respeito às diferenças e às diversidades culturais.

Além destes objetivos, o Núcleo buscará consolidar e ampliar trabalhos coletivos (alguns já iniciados através de projeto integrado financiado pelo CNPq), destinados a melhorar as condições de pesquisa da equipe. Além da elaboração das infobases já mencionadas, o grupo de pesquisadores vinculados à UNICAMP tem promovido, com o auxílio de verbas do programa de pós-graduação em História Social, a aquisição e reprodução em microformas de fontes arquivísticas ou de material impresso raro ou de difícil acesso. Todavia, os recursos até aqui disponíveis têm sido insuficientes para atender o conjunto desta demanda, de modo que o projeto visa também ampliar estas aquisições no âmbito da UNICAMP e estendê-la para as demais instituições (um detalhamento maior sobre as fontes a serem adquiridas consta da seção do projeto referente aos resultados esperados). Finalmente, o projeto propõe-se a dotar o Núcleo de melhores condições de trabalho, através da compra de equipamentos indispensáveis à atividade de pesquisa, como máquinas leitoras de microfímes, notebooks etc.

2. RESULTADOS ESPERADOS E SUA RELEVÂNCIA

Em seu conjunto, os resultados perseguidos pelo Núcleo nos próximos quatro anos serão capazes de transformá-lo em um importante polo de referência para pesquisadores desta área, seja pela sua produção intelectual, seja pela disponibilização de instrumentos de pesquisa ou pela realização de atividades de alcance extra-acadêmico. Tais resultados esperados estão elencados abaixo de forma detalhada:

a) Um dos principais resultados visados pelo projeto é o aprimoramento da qualidade científica das pesquisas individuais. O trabalho coletivo, do modo como se constituiu no CECULT e persiste nesta proposta, interliga pesquisas e propicia o debate em torno de temas convergentes. Cria deste modo um ambiente de fermentação intelectual que, desenvolvendo-se a partir de uma infra-estrutura adequada, resultará no adensamento da qualidade do trabalho acadêmico. Os encontros anuais da equipe propiciarão também boas oportunidades de troca de idéias e discussão, a serem incrementadas no contato com outros pesquisadores.

b) Na maior parte dos casos, o trabalho intelectual acaba ficando restrito a seu próprio ambiente de produção ou, para sair fora dele, tem que sujeitar-se às oscilações do mercado editorial. No caso da história, este é um dado particularmente significativo, já que apenas uma pequena parte da produção dos programas de pós-graduação chega a ser publicada. Trabalhos densos e com pesquisas inovadoras têm circulado sob a forma de fotocópias, permanecendo praticamente desconhecidos até mesmo pela comunidade universitária mais ampla. Por isto uma política de publicações é imprescindível a um projeto acadêmico que queira realmente participar dos debates científicos e políticos da atualidade. No nosso caso, trata-se de publicar os resultados de pesquisas individuais e coletivas sob a forma de livros e coletâneas. Está programada a publicação de seis coletâneas, a saber: a primeira sobre as relações entre história e literatura, organizada por Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira, em fase final de preparação dos originais; seguir-se-ão volumes sobre festas populares, cultura e identidades afro-brasileiras, concepções e práticas populares de cura, culturas de classe, massificação da cultura e métodos de trabalho na área de história social da cultura..

c) O tema do projeto - as diversidades culturais - será sem dúvida importante nos eventos programados para os 500 anos do descobrimento do Brasil. A realização do Colóquio Internacional no ano 2000, concebido a partir dos resultados obtidos ao longo de mais de 3 anos de trabalho e contando com a participação de especialistas internacionais, visa contribuir para este debate. Organizado de modo a contemplar tanto reuniões científicas restritas aos pesquisadores do núcleo e convidados quanto conferências e mesas-redondas abertas ao grande público, o colóquio terá seus resultados potencializados pela publicação de volume específico reunindo os principais textos e debates.

d) Resultado importante será também contribuir para a sistematização e o pleno acesso às fontes por parte da comunidade de pesquisadores. O trabalho de elaboração de bases informatizadas de dados, acessíveis aos interessados tanto em consultas *on site* quanto através da rede internacional de computadores atende a este objetivo. Note-se que cada uma destas infobases dará origem a um guia de pesquisa específico, publicado ao final do trabalho de consolidação de cada uma delas.

1. A primeira das infobases **Viajantes no Brasil, séculos XVIII e XIX**) engloba as referências temáticas existentes em obras de viajantes que estiveram na região centro-sul do Brasil (Rio, SP, Minas) entre 1700 e 1900. Utilizando-se uma ficha padrão de coleta de informações, aperfeiçoada durante os primeiros meses de trabalho, 2 bolsistas de Iniciação Científica e uma de Aperfeiçoamento vêm ampliando o trabalho rapidamente, a partir da base inicial elaborada pela Profa. Silvia Lara. Temos atualmente já referenciados cerca de 800 títulos, com cerca de 40% deles fichados e digitados em uma base de dados que utiliza o programa *Folio Views*. Este programa possibilita a criação de infobases que, por suas características, permitem múltiplas entradas de pesquisa e tem se revelado bastante eficiente para as finalidades pretendidas (ou seja, pesquisa a partir de palavras, avulsas ou conjugadas, de modo a rastrear todos os arquivos por qualquer critério desejado como autores, assuntos, datas, locais visitados e assim por diante. Solicitamos ao CNPq, na renovação do projeto integrado, a continuidade da atual equipe e sua ampliação com mais dois bolsistas de IC o que nos permitirá avançar rapidamente no sentido de disponibilizar esta infobase ao público em prazo mais curto e também incluir informações sobre viajantes que estiveram na Bahia, no mesmo período.

2. Utilizando o mesmo software e uma ficha de coleta semelhante, a formação desta infobase dedicada a autores que escreveram sobre Rio de Janeiro e S. Paulo no período 1850-1920 (denominada **Cronistas, memorialistas e folcloristas**) vem se processando de forma mais lenta. Em parte, porque somente dois bolsistas de IC vêm trabalhando na pesquisa e também porque este conjunto não contou com um trabalho inicial acumulado, como no caso anterior. Além disso, neste caso a idéia é ir esgotando o conjunto da obra de diferentes autores (e não obras avulsas, como são as de viajantes), o que exige mais tempo e impõe mais dificuldades na definição de limites e critérios. Ainda assim, as obras de João do Rio, Lima Barreto e Mello Moraes Filho já se encontram totalmente referenciadas. Atualmente as bolsistas vêm trabalhando com Olavo Bilac e Vieira Fazenda. Estes trabalhos devem acelerar-se no próximo período, caso o CNPq nos conceda mais 2 bolsistas na cota do projeto integrado, alguns deles trabalhando na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.
 3. Em terceiro lugar, a partir de agosto próximo, deveremos implantar uma nova infobase, sobre **Formas e Lugares de Sociabilidade - Rio de Janeiro e S. Paulo, 1850-1930**. Diversas pesquisas individuais em desenvolvimento neste grupo de trabalho, ao longo de suas pesquisas individuais, reuniram interessantes conjuntos de dados sobre determinados espaços de reunião, vida associativa, lazer e cultura, como agremiações carnavalescas e clubes esportivos por exemplo, valendo-se de documentação variada que vai da documentação policial aos memorialistas e à imprensa. Ampliar estes dados em direção a outros espaços de sociabilidade, como salões de baile, clubes musicais e recreativos, cafés, bilhares, etc. é o objetivo desta infobase. Sistematizados, estes dados permitirão um valioso mapeamento sócio-cultural destas cidades (mas será possível posteriormente ampliar o trabalho para Salvador) sendo de imensa utilidade para as pesquisas nas quatro linhas de investigação em que se desdobra este projeto.
 4. No mesmo sentido, a partir de agosto iremos implementar a formação de um **Banco de imagens**. O trabalho coletivo referente à infobase sobre viajantes, mencionado acima, tem referenciado uma quantidade imensa de imagens de inestimável valor documental. O programa *Folio Views* não consegue operar com imagens, processando apenas informações textuais ou numéricas. Assim, implantaremos um trabalho sistemático de reprodução (fotográfica e/ou via scanner) e digitalização das ilustrações (mapas, desenhos, gravuras, caricaturas, fotografias, etc.) pertencentes às obras dos viajantes. Este material será, em seguida, armazenado em CD-Rom, permitindo sua consulta por vários pesquisadores. Mesmo procedimento será adotado com a documentação iconográfica pelos diversos pesquisadores que integram este Núcleo. Neste caso, a preocupação é evitar que se perca um acervo valioso cujo destino final tem sido, no Brasil, os fundos de gaveta. As várias pesquisas desenvolvidas por este grupo têm recolhido conjuntos iconográficos importantes, ainda que selecionados de acordo com os interesses próprios de cada pesquisa. Ao processá-los, referenciá-los e armazená-los em CD-Rom, estaremos criando condições para que este material se torne mais acessível e sua reprodução seja facilitada.
- e) A relação entre a universidade e o ensino de primeiro e segundo graus tem sido muito discutida, mas ainda há poucos resultados práticos, sobretudo na rede de ensino público. O curso de extensão e a preparação do material paradidático que pretendemos

realizar conseguirá avançar em várias direções. Trata-se de colocar em contato direto professores do ensino médio com pesquisadores universitários, numa situação trabalho conjunto, com vistas à elaboração de materiais de apoio para aulas que pretendam discutir temas relacionados ao projeto. Ao contrário da forma habitual de relacionamento da universidade com o ensino médio, o procedimento aqui será o de estabelecer um diálogo destinado a aferir a qualidade e a aplicabilidade dos materiais, incorporando ao seu resultado final os subsídios fornecidos pela experiência da sala de aula.

f) O desenvolvimento do projeto deve ainda acelerar a realização de mestrados e doutorados, implementando uma política científica que perpassasse as atividades da iniciação científica ao doutorado. Não se trata apenas de diminuir o tempo e os custos necessários à formação de profissionais na área de história social da cultura, mas garantir que esta se faça com mais qualidade. A disponibilidade de equipamentos, a reprodução de fontes e o enriquecimento do acervo da biblioteca nesta área, o convívio com um grupo intelectualmente sólido e estruturado certamente resultarão num adensamento dos trabalhos desenvolvidos na pós-graduação. Para os estudantes em fase de iniciação científica isso significa a chance de entrar em contato com atividades de pesquisa em fontes primárias, participar de um trabalho coletivo e, ao mesmo tempo, ter contato com fontes e temáticas que poderão dar origem a propostas de pós-graduação. Além disso, a equipe deverá contar com mestres ou doutores recém-formados que desempenharão tarefas de coordenarão de pesquisa e deverão circular entre as instituições participantes do projeto - o que significará uma oportunidade de treinamento para o jovem titulado e um benefício inestimável para centros universitários onde haja grupos emergentes com interesse na área.

g) Um dos principais objetivos do projeto é possibilitar um investimento bastante significativo na aquisição de fontes primárias impressas e manuscritas essenciais ao desenvolvimento das pesquisas da equipe. Especialmente no caso da Unicamp, instituição sede, a distância em relação aos principais arquivos e bibliotecas de pesquisa do país - em particular o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, ambos localizados no Rio de Janeiro - dificulta sobremaneira a realização dos trabalhos. Nos últimos tempos, a capacidade destas instituições em reproduzir em microformas parte significativa de seus acervos criou a possibilidade de políticas de aquisição maciça de fontes primárias indispensáveis às pesquisas aqui propostas. Além de agilizar as pesquisas, a implementação de tal política resultará numa diminuição considerável do custo dos trabalhos, pois diminuirá a necessidade de viagens longas e constantes de docentes e estudantes de pós-graduação.

São vários os tipos e séries documentais que planejamos adquirir. Ao longo dos últimos dois anos, realizamos, junto à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, uma grande compra de microfilmes de periódicos publicados na cidade do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XIX e início do século XX (por exemplo: *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *Diário do Rio de Janeiro*, *A Época* etc.; compramos cerca de 700 rolos no processo). É necessário continuar esse esforço, adquirindo novos títulos e ampliando o período coberto pelas compras anteriores --isto é, precisamos de jornais publicados na primeira metade do século XIX e completar bastante o material referente às primeiras décadas do século XX. Segundo levantamentos preliminares, será preciso duplicar cerca de 1020 rolos de microfilmes de periódicos existentes na Biblioteca Nacional; além disso, precisamos do equivalente a 260 rolos de microfilme em originais de periódicos ainda não reproduzidos pela BN, além da reprodução de jornais da imprensa baiana para as pesquisas

sobre Salvador. Entre os títulos levantados estão os seguintes: *A Noite* (1911-1940), *Gazeta da Tarde* (1880-1892), *Cidade do Rio* (1887-1902) etc.

Ainda quanto a fontes impressas existentes na Biblioteca Nacional, há os relatórios ministeriais e de presidentes de província, já quase que inteiramente microfilmados para o período imperial e as primeiras décadas da república. Fonte básica para inúmeras pesquisas em andamento --tanto de docentes quanto de pós-graduandos--, tais relatórios são praticamente inexistentes na Unicamp ou mesmo na cidade de Campinas, podendo-se encontrar apenas exemplares esparsos. O levantamento realizado indica a compra de cerca de 430 rolos nesta série.

Quanto à microfilmagem de originais de fontes manuscritas, o principal esforço será a reprodução de documentos da polícia da cidade do Rio de Janeiro, existentes tanto no Arquivo Nacional quanto em depósitos da própria polícia. No caso da documentação ainda em poder da polícia, trata-se mesmo de um esforço para preservar um material bastante rico para a história social que pode ser destruído a qualquer momento. Estimamos um total de 700 rolos neste item. Em Londres, há o material do Foreign Office, localizado no Public Records Office. São documentos consulares referentes ao século XIX no Brasil; interessam-nos especialmente o material dos consulados de Santos, Rio de Janeiro e Salvador. Trata-se da aquisição de cerca de 650 rolos de material manuscrito já anteriormente microfilmado.

Finalmente, há uma série de coleções variadas e de menores dimensões, mas de grande interesse para o grupo. Mencionamos apenas algumas delas. No Arquivo Público do Estado de Pernambuco, em Recife, localizamos cerca de 1000 títulos de periódicos, publicados na cidade do Rio de Janeiro, os quais não constam dos acervos da BN, ou para os quais há lacunas importantes nas coleções lá existentes. Neste caso, será necessário contratar serviços particulares de microfilmagem para a reprodução de 32000 fotogramas (32 rolos). No Arquivo Nacional, há arquivos particulares de interesse já microfilmados, como os de Joaquim Nabuco, Eusébio de Queirós etc.

3. METODOLOGIA

O grande desafio envolvido pelas pesquisas que integram este Projeto é realizar um trabalho de reflexão a contrapelo, recusando-se a adotar o ponto de vista dos chamados "intérpretes do Brasil" (e dos literatos e folcloristas que na virada do século pretendiam construir e dar consistência à nação brasileira). Queremos, de certo modo, investigar velhos temas sob novos pontos de vista. No lugar da Nação demiúrgica perguntamos por sujeitos históricos, buscamos diversidades e múltiplas possibilidades e não um único devir histórico. Diferentemente das análises históricas dedicadas à reiteração dos paradigmas explicativos ou à elaboração de grandes análises estruturais, pretendemos operar com os procedimentos da chamada *history from below* e da micro-história. Com isto pensamos poder desafiar a tendência redutora de trabalhar com concepções e descrições holísticas na construção de uma análise cultural totalizante e de um discurso de autoridade sobre "o outro", absorvendo algumas lições da antropologia contemporânea. Este o grande desafio metodológico e teórico que pretendemos, coletivamente, enfrentar.

Apenas nos últimos anos as questões referentes à cultura vêm se tornando temas "em debate" entre os historiadores. Durante muito tempo foram relegadas e até desconsideradas pela historiografia, seja aquela que a partir do século XIX dedicou-se a construir a "biografia das nações" com ênfase na história política, seja aquela devotada a

explorar as determinações econômicas estruturais que "movimentavam" o processo histórico. Apesar dos temas culturais aparecerem esporadicamente em algumas obras (sobretudo naquelas preocupadas em definir a partir das classes populares uma identidade nacional) somente com o movimento dos *Annales* um esforço sistemático foi empreendido nesta direção. Dos trabalhos iniciais de Bloch e Febvre às formulações de Le Goff e Duby, da "primeira" à "terceira" geração da revista, este foi um dos campos que mais se desenvolveu, chegando a ganhar um amplo reconhecimento sob a rubrica de "história das mentalidades".

Apesar do êxito e da grande e vigorosa produção da história das mentalidades, seus pressupostos nunca chegaram a constituir uma unanimidade. Trabalhando também sobre Rabelais, Mikhail Bakhtin observava em 1965:

"Febvre, tanto quanto Abel Lefranc, ignora a cultura cômica popular da Idade Média e do Renascimento. Para ele, apenas o aspecto sério tem direito de cidadania no pensamento e na cultura. Suas brilhantes análises dos diferentes domínios e esferas da cultura não vão praticamente além da cultura oficial. (...) Febvre considera que para o historiador o anacronismo, a modernização, é um pecado capital. Ele acusa corretamente Abel Lefranc e outros especialistas disso. Mas, infelizmente, ele mesmo incorre neste mesmo pecado quando aborda o riso. (...) Uma vez que ele ignora a cultura cômica popular, Febvre deforma a compreensão do Renascimento e do século XVI francês. Ele não vê, e não quer ver, a excepcional liberdade interna, o adogmatismo extremo do pensamento artístico inerentes a essa época, porque não encontra um ponto de apoio para eles. Ele oferece um quadro unilateral e falseado da cultura do século XVI".(M. Bakhtin, *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento* - SP, Hucitec/UnB, 1987, pp. 113 e 116)

Esta crítica veemente ao grande livro de Lucien Febvre não é o principal objetivo do trabalho de Bakhtin, mas pode servir como ponto de partida para uma discussão de caráter metodológico sobre cultura popular. Ela levanta uma questão sempre reposta pelos historiadores da cultura: a da homogeneidade cultural. Situando-se no "ponto de junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral", a história das mentalidades pretende ir além dos sujeitos particulares da história, buscando "o que César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês de seus domínios, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas têm em comum".(Jacques Le Goff - "As Mentalidades" in: J. Le Goff e P. Nora (orgs.) - *História. Novos Objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, p.71).

Segundo Bakhtin, é justamente este pressuposto totalizante e homogeneizador de Febvre que o impede de "ver" a cultura popular e sua diferença em relação ao dogmatismo e à seriedade da cultura das classes dominantes no Renascimento. Elaborada durante séculos pela cultura popular, a visão de mundo presente na obra de Rabelais estaria centrada no carnaval, no riso carnavalesco da praça pública, mito e rito no qual confluíam a exaltação da fertilidade e da abundância, a inversão brincalhona de todos os valores e hierarquias constituídas, o sentido cósmico do fluir destruidor e regenerador do tempo. Sem o reconhecimento desta diferença, sem a compreensão da cultura cômica popular, afirma Bakhtin, a obra de Rabelais se torna incompreensível.

Febvre e Bakhtin oferecem, assim, duas posições interpretativas opostas que vigoraram por muito tempo, orientando as abordagens dos historiadores sobre a cultura. De um lado temos a insistência nos elementos comuns e homogêneos da mentalidade de um certo período, a busca daquilo que os "homens do século XVI" crêem ou descrevem, do universo mental de toda uma época; de outro, temos diferenças e dicotomias culturais: uma cultura popular e uma oficial, circularidade e troca entre universos distintos.

A partir da tradução das obras de Carlo Ginzburg, a crítica à história das mentalidades foi permeando cada vez mais a (ainda escassa) produção acadêmica brasileira dedicada ao tema da cultura. Seguindo a afirmação de que a insistência nos elementos homogêneos da mentalidade de um certo período implicava "negligenciar as divergências e os contrastes entre as mentalidades das várias classes, dos vários grupos sociais, mergulhando tudo numa 'mentalidade coletiva' indiferenciada e interclassista", muitos estudiosos saíram em busca daquilo que permaneceram nomeando "cultura popular" como uma alternativa aos grandes paradigmas de interpretação histórica. A investigação sobre esta temática era então vista como uma estratégia para inverter o ponto de vista tradicional, sendo tomada como algo parcial, não como ponto de partida na análise mas como "ponto de chegada de um processo coercitivo e, enquanto tal, violento". Mais que uma profissão de fé ou uma proposta, *Os andarilhos do bem* de Ginzburg constituiu uma rica demonstração deste tipo de análise: investigava como um universo de crenças bastante coerente e unitário, próprio da cultura camponesa do Friuli, fora submetido à força pela cultura eclesiástica e inquisitorial, enquadrado nos esquemas e nas divisões dos tratados de demonologia, a ponto de, no correr de quase um século, transformar-se para incorporar na tradição popular dos benandanti os elementos e a classificação inquisitorial da bruxaria e da feitiçaria diabólicas.

A preocupação com as relações entre dominação e cultura não é recente. O próprio conceito de hegemonia formulado por Gramsci (*Cartas do cárcere*.- 2ª ed. RJ, Civilização Brasileira, 1978) já propunha uma certa concepção destas relações incorporada à análise de diversos historiadores que se dedicaram a este tema. Porém, indo além das formulações esquemáticas de Gramsci e Rudé a propósito da cultura das classes subalternas (vide George Rudé - *Ideologia e protesto popular*. RJ, Zahar, 1982, especialmente pp. 7-34) Ginzburg demonstrava, através de uma análise histórica densa e erudita, a importância de se levar em conta a relação entre dominação e cultura - razão pela qual, mesmo alertando seus leitores sobre os problemas da noção de cultura popular, preferiu mantê-la em uso. Mas a questão da circularidade, tal como abordada por Ginzburg, embora alargasse as proposições de Bakhtin, mantinham a concepção de universos culturais separados e pressupunham a existência de tradições populares autônomas e fundamentalmente distintas da "alta" cultura.

O entrelaçamento entre estes "universos" aparece de modo muito mais elaborado na análise thompsoniana da Inglaterra setecentista. Thompson publicou textos extremamente importantes nos quais a análise das mudanças históricas está diretamente ligada à reconstituição de conflitos ocorridos em torno de diferentes normas e valores ou de conflitos originados a partir de diferentes usos e interpretações dados a significados sociais gerais (vide, entre outros, E.P. Thompson - "Time, Work Discipline and Industrial Capitalism" - *Past & Present*, 38 (dez.1967):56-97; "The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth-Century"- *Past & Present*, 50 (fev.1971):76-136; e *Senhores e Caçadores. A origem da Lei Negra*. (Trad.) RJ, Paz e Terra, 1987). Neste sentido, as obras de Thompson levam ainda mais longe a afirmação de Ginzburg de que é sempre preferível uma análise classista a uma não-classista. Em face do seu trabalho, hoje amplamente

conhecido no Brasil, torna-se quase impossível operar a tradicional distinção entre o social e o cultural, entre uma história social e uma história da cultura.

Mais ainda, porque a colaboração direta entre historiadores e antropólogos mostrou-se extremamente fecunda, como atesta a acolhida do trabalho de Robert Darnton. Empenhado em compreender a história cultural da França do Antigo Regime, ele retoma o tema do anacronismo mencionado pela crítica de Bakhtin a Febvre:

"... nada é mais fácil do que deslizar para a confortável suposição de que os europeus pensavam e sentiam, há dois séculos, exatamente como fazemos agora - acrescentando-se as perucas e sapatos de madeira. Precisamos de ser constantemente alertados contra uma falsa impressão de familiaridade com o passado". (*O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986 p. XV)

Mais do que uma simples crítica, o trabalho de Darnton se constitui em uma indicação de procedimentos para uma história social da cultura que seja ao mesmo tempo antropológica e histórica. Enfatizando os universos simbólicos diferenciados presentes em uma dada sociedade, Darnton trabalhou com o pressuposto do estranhamento ao invés da familiaridade. Sua pesquisa desenvolveu-se à procura do entendimento e da decodificação, do acesso mesmo a um "universo mental estranho". Não mais se tentava fazer emergir uma "cultura camponesa latente" em documentos produzidos pela Inquisição, como era o caso dos primeiros trabalhos de Carlo Ginzburg, mas de construir uma interpretação da interpretação feita por terceiros.

Sem dúvida alguma, a associação da antropologia interpretativa de Geertz com o chamado marxismo thompsoniano pode oferecer algumas possibilidades para ampliar o campo de investigação na área da cultura. O esforço minucioso de decodificação e contextualização das evidências opacas fornecidas pelos documentos permite ao historiador formular novas perguntas e ensaiar outras leituras. Aprofundar o diálogo entre história social e antropologia e integrar aspectos culturais na análise e interpretação histórica, bem como integrar a historicidade dos valores e das alternativas de conduta na construção de uma visão antropológica de cultura têm se mostrado iniciativas extremamente fecundas para os pesquisadores. Enfim, retomamos a questão formulada por diferentes autores da história social, da antropologia e da teoria literária: a da diversidade e caráter polissêmico da cultura.

A interpretação "clássica" da história brasileira dos séculos XIX e XX tem repousado em paradigmas que a produção historiográfica brasileira mais recente sobre a escravidão, sobre os significados das estratégias disciplinares e sobre os mecanismos fundamentais da política brasileira vem tentando questionar. No entanto, ela ainda tem sido a matriz de toda a análise cultural empreendida no país nas últimas décadas. Se propomos uma análise *from below* da história das diversidades culturais, isto implica buscar uma releitura da sociedade brasileira dos séculos XIX e XX que leve em conta as novas interpretações que a historiografia brasileira vem empreendendo nos últimos anos.

Tomado como "instrumento" de análise, permite uma abordagem de questões análogas àquelas colocadas pela história "vista de baixo". A expressão, cunhada por Edward Thompson nos anos 60, propõe mais que uma simples ampliação dos temas e objetos de estudo dos historiadores para incluir "os de baixo" ou os aspectos da vida cotidiana. Trata-se na verdade de uma alteração mais profunda, que envolve tanto a teoria da história quanto os procedimentos do ofício.

Necessário, no entanto, explicitar um pouco melhor o que se entende aqui por uma história "vista de baixo" na investigação dos temas da identidade nacional como da cultura popular. De nenhuma forma isto pode ser entendido como a intenção de buscar a "pureza" das concepções e práticas culturais das classes populares, pretensamente corrompidas ou obscurecidas por uma suposta cultura dominante: nenhuma interpretação desta perspectiva de trabalho poderia ser mais incorreta (e provavelmente maldosa) que a de atribuir-lhe a eterna ingenuidade de ressuscitar os "vencidos" e, com eles, escrever uma história sobre o que apenas poderia-ter-sido. Adotar uma perspectiva *from below* significa, aqui, apontar a necessidade de rever pontos de vista consagrados por uma visão excludente e preconceituosa sobre práticas e concepções populares: ao invés de desqualificá-las como "rudes" ou ingênuas, puras ou bárbaras, perigosas ou folclóricas - como fizeram intelectuais e elites desde o século passado - trata-se de empreender uma releitura dos documentos da cultura sob novos pontos de vista. Significa, literalmente, retomar temas e objetos históricos consagrados e inquiri-los a partir de baixo: partir da consideração de que a história se produz no interior de relações de dominação e buscar outros olhares, outras leituras e outros significados, invertendo o tradicional lugar de observação dos eventos históricos ocupado pelos historiadores.

Eis porque falamos em história social da cultura e não simplesmente em história cultural. Trata-se, aqui, de uma declaração de quem quer efetivamente dialogar com grande parte da história cultural que transforma a cultura em um conjunto de manifestações passíveis de serem analisadas em si mesmas, como um objeto singular ("a" festa, "o" ritual) colocado na pequena ou longa duração. Ou com aqueles que, quase negando a possibilidade de apreensão (ou compreensão) do passado através dos documentos, trabalham apenas com imaginários e/ou representações. Ao pensarmos numa história social da cultura estamos salientando a necessidade de integrar as perguntas clássicas da história social àquelas da história cultural - ou, dito de outro modo, afirmamos que toda história social é necessariamente cultural e vice-versa.

Este movimento também pressupõe - ou mesmo exige - uma releitura dos documentos clássicos da cultura (incluindo-se aí a literatura, as artes, os registros folcloristas etc.) - e que são passíveis de reinterpretação à luz das novas abordagens historiográficas. Neste sentido, apesar de haver questões metodológicas específicas para cada projeto individual, o grupo possui grande convergência quanto aos procedimentos de investigação e análise históricas. Temas pouco explorados e novas abordagens de temas clássicos requerem a busca de documentos alternativos (iconográficos, sonoros, gírias, provérbios, etc). Mas, além disso, e talvez principalmente, trata-se de propor um novo olhar sobre documentos bastante conhecidos. Os relatos de viajantes, de memorialistas e folcloristas, por exemplo, constituem um *corpus* documental extremamente importante para o estudo do final do século XIX e início do XX. Trata-se, de certo modo, de seguir as observações de Robert Slenes a respeito do "olhar branco e opaco" dos viajantes estrangeiros sobre a experiência dos escravos (cf. Robert Slenes - "Lares negros olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX"- *Revista Brasileira de História*, 16 (1988): 189-203): formular novas perguntas, interrogar a partir de outros pontos de vista, perseguir pistas até então relegadas ao segundo plano.

Outro exemplo importante de releitura de fontes que tradicionalmente vem sendo utilizadas no estudo da cultura popular pode ser dado com relação às obras dos folcloristas. Criticadas pela ausência de rigor na forma de proceder no registro das práticas e tradições que elegeram para seu estudo, tais obras são consideradas como de interesse muito limitado

do ponto de vista de sua própria verossimilhança: obviamente elas nos dizem mais sobre os pontos de vista e as escolhas dos seus autores do que sobre o próprio objeto de suas análises (o que, de resto, não é atributo exclusivo dos folcloristas). Por esta razão, foram por muito tempo relegadas ao esquecimento e à desqualificação. Ao invés de negar-lhes validade ou utilidade, no entanto, preferimos reinserir as formas descritas nestas obras em seus contextos históricos, tentando recuperar seus significados; ou reinserir os próprios textos dos folcloristas em seus contextos, recuperando o embate intelectual e político que cercou tal produção literária.